

MUNICIPALIZAÇÃO AGRAVA CRISE DO ENSINO

Rita Freire

A política, federal e estadual, de transferir para os municípios toda a responsabilidade pelo ensino fundamental, começa a afetar a já desestruturada rede de ensino da cidade. Se já eram graves os problemas do sistema, caracterizado pela estagnação física da rede há oito anos, baixos salários dos professores e atendimento irrisório às crianças de zero a seis anos, tudo piorou com a municipalização



No final de 1999, milhares de pais de alunos candidatos a uma vaga na primeira série do ensino fundamental da Capital passaram pela experiência da matrícula virtual. Seus filhos foram cadastrados em telas de computadores e aceitos na rede municipal de ensino, ainda sem endereço certo para estudar.

A Prefeitura procurou assumir todas as crianças pertencentes a essa faixa etária, poupando a rede estadual ao máximo. Mas com que escolas? No início do ano letivo, muitos alunos descobriram que teriam aulas em *containers* e salas provisórias. Outros foram encaminhados para unidades mais distantes de suas casas, separados de irmãos matriculados da quinta série em diante.

Desse modo, o “pacote” de políticas nacionais e estaduais substituído por programas articulados, os quais transferem para os municípios toda a responsabilidade pelo ensino fundamental, começou a mostrar seus efeitos sobre a já desestruturada rede de ensino da cidade. “O total de novos matriculados não é pequeno. É quase uma nova rede dentro da rede”, explica a professora Lisete Arelaro, do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Feusp.

O “pacote” é formado pelo Fundo de Manutenção e Desenvol-

vimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (o Fundef, criado pela Emenda Constitucional 14 e regulamentado pela Lei 9424/96, de Diretrizes e Bases da Educação) e pela Municipalização do Ensino.

Se já eram graves os problemas de um sistema de ensino que não é ampliado com novas escolas há oito anos, e que mantém os salários dos professores nos níveis mais baixos da última década, tudo ficou pior com a municipalização. “O impacto dessas políticas vêm-se dando em todos os outros níveis de ensino, da educação infantil à educação de adultos, que praticamente deixaram de ser oferecidos nos últimos anos”, comenta a educadora.

A rede de atendimento às crianças de zero a seis anos é irrisória, segundo a educadora Tizuko Morchida Kishimoto, professora do Departamento de Metodologia do Ensino da Feusp e coordenadora do Fórum Paulista de Educação Infantil. A maior parte das creches é conveniada e não sofre fiscalização. Nas poucas escolas municipais de educação infantil (Emeis), o atendimento foi reduzido e dividido em três turnos. Crianças pequenas saem das aulas à noite, um disparate inaceitável.

A formação dos professores e a qualidade do ensino preocupa a todos. “Mas não é possível mudá-las sem uma política salarial que promova a fixação do professor na

escola e o seu envolvimento em projetos”, diz o educador Manoel Orioswaldo de Moura, professor do Departamento de Metodologia do Ensino da Feusp.

Por outro lado, a aplicação efetiva de 30% das receitas municipais na educação, determinada pela Lei Orgânica Municipal de São Paulo mas desrespeitada pela Prefeitura, é uma das medidas cobradas pelo educador Rubens Barbosa de Camargo, professor da Feusp e integrante do Fórum Paulista de Defesa da Escola Pública.

Na ponta do lápis, a Prefeitura tem motivo suficiente para se opor à política de municipalização, segundo Lisete Arelaro. As cidades menores estão assumindo escolas da rede estadual, estimuladas pelo repasse de recursos do Fundef por aluno matriculado. “Em São Paulo isso é um erro. O gasto com um aluno está em torno de R\$ 1.200,00 por ano, que é pouco, se comparado com países da Europa ou com os Estados Unidos, onde se investe por aluno, neste nível de ensino, no mínimo US\$ 3.000,00 a US\$ 4.000,00. Se o município recebe do Fundef cerca de R\$ 680,00 por novo aluno, na verdade está diminuindo sua capacidade de atender a demanda com a mesma qualidade”, diz a educadora.

Além de insuficientes, os recursos do Fundef enfocam somente o ensino fundamental, deixando outros segmentos de fora. “A

A municipalização é péssimo negócio para a Capital. As verbas do Fundef são insuficientes. Por outro lado, a Prefeitura não aplica os 30% devidos

educação infantil tem custos próprios, que não estão sendo considerados nos cálculos do governo federal. O município deve avaliar esses custos, torná-los conhecidos e brigar por mais recursos”, propõe Tizuko Kishimoto.

As distorções provocadas pela municipalização afetam também a qualidade e a organização da rede pública, acrescenta Lisete, que se opõe à separação do ensino fundamental em escolas de primeira a quarta séries e de quinta a oitava séries, imposta nesse processo. “É um equívoco histórico a ser corrigido. A educação é um processo contínuo, para todas as fases de vida de uma pessoa, criança ou adulto. Mas não há planejamento entre as escolas de um nível de ensino e de outro. A experiência prática tem mostrado que o ensino nas escolas de oito anos (primeira a oitava séries) está melhor do que naquelas que passaram pela separação”, afirma.

Se 30% das receitas do município fossem aplicadas em educação, como manda a Lei Orgânica do Município, seria possível um melhor atendimento a todos os níveis de ensino, “da educação infantil à alfabetização de adultos”, enfatiza Lisete. A Secretaria Municipal de Finanças informou que a fatia do Orçamento empregada em educação foi de 28,2% em 1999, mas esse número tem sido questionado.

Na conta que a Prefeitura apresenta, não são apontados os repasses da Quota Estadual do Salário-Educação (QESE) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por exemplo. As despesas incluem gastos que não poderiam ser computados: saúde e saneamento, assistência e previdência (inativos) e administração.

“As contas devem ser investigadas”, propõe Rubens Camargo. “Se entram recursos via Fundef, para melhorar os salários dos professores, ninguém sabe dizer como estão sendo usados. Na prática, entram de um lado e saem do outro”, afirma.

Parte dos recursos que faltam para a educação nem chegam a entrar para os cofres públicos, por conta da sonegação de impostos. As receitas do município provêm da arrecadação de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto Sobre Transferência de Bens Intervivos (ITBI), Imposto Sobre Vendas a Varejo (IVV), Dívida Ativa Tributária, multas, juros de mora e transferências constitucionais relativas à arrecadação de Imposto de Renda (IRPF e IRPJ), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotivos (IPVA), Imposto sobre Produtos Industriali-

zados (IPI). “Com uma forte política de combate à sonegação desses recursos a Prefeitura poderá arrecadar muito mais do que hoje”, diz Rubens Camargo.

O vaivém de professores na rede, compulsoriamente transferidos de uma unidade para outra por razões burocráticas, e os baixos salários que os obrigam a acumular dois e até três empregos são o grande problema do ensino público municipal, na opinião do educador Manoel Orioswaldo. Para ele, o sucesso da ação educativa depende de vínculos na comunidade escolar (profissionais do ensino, pais e alunos), os quais não têm como existir atualmente.

Ele propõe a adoção de uma política salarial que considere a fixação do professor na escola, remunerando-o pelo compromisso integral que assume e não por horas aula. “Faz parte do seu trabalho o planejamento, a preparação de uma aula, a avaliação, a participação do cotidiano escolar, e isto deve ser remunerado”, lembra.

Somente com essa política, sustenta, será possível implementar uma proposta de formação dos professores baseada no seu envolvimento em projetos pedagógicos, tanto internos à comunidade escolar, quanto regionais, entre escolas da rede. “A chance de mostrar sua produção, de atuar em conjunto, é muito mobilizadora. Sem

Política salarial deve fixar o professor na escola, para que ele crie vínculos na comunidade: a remuneração deve corresponder à dedicação integral

Cena paulistana

MALABARISMOS PARA ESTUDAR

Daniel Garcia

Vila Dalva, zona Oeste. As três filhas de Cristiana Ribeiro de Souza estudam em horários diferentes. Bruna, de dez anos, a mais velha, sai de casa, na rua Antonio da Silva Dias, às 6h30, a caminho da Escola Municipal de Primeiro Grau Álvaro da Silva Braga, na rua Domingos de Abreu. Parte do percurso de 20 minutos ela faz ao lado da mãe, que está saindo para o trabalho.

Jeniffer, de oito anos, cuida de Gesiane, de cinco, enquanto Bruna estuda. Às 11 horas a irmã mais velha volta sozinha para casa. Perto das 13 horas, é a vez de Jeniffer sair. Para acompanhá-la, Bruna tem de levar Gesiane junto, mas isso não é muito fácil.

Gesiane só entra na escola vizinha, a Escola Municipal de Educação Infantil Carolina Maria de Jesus, às 15 horas — e é Bruna quem a acompanha. Ou a dupla faz duas viagens à escola, ou ficam duas horas esperando o turno de Gesiane começar.

Jeniffer, por sua vez, sai da escola às 17 horas, e a pequena Gesiane às 19 horas. A mãe, porém, não pode fazer duas viagens para buscar as crianças. Às vezes só consegue chegar à escola, acompanhada por Bruna, por volta de 19h30, quando finalmente mãe e filhas se reúnem para o único percurso comum às quatro: da escola para casa, ou para a igreja.

Cristiana, empregada doméstica de 26 anos, a chefe da família, pratica malabarismos



Cristiane e as filhas: seis horários diferentes e somente uma viagem juntas

diários para que as crianças estudem, administrando seis horários de entrada e saída. Ela é grata às duas escolas por ter conseguido vagas para todas.

“O problema é que as meninas têm idades diferentes, cada uma em uma turma”, justifica, sem achar que as escolas ou a Prefeitura devam ajudá-la a encontrar soluções.

Gesiane, a caçula, é uma das centenas de crianças paulistanas na faixa de quatro a cinco anos de idade que saem de Emeis em pleno anoitecer. É a alternativa que a Prefeitura oferece, ao invés de construir novas unidades. Muitas Emeis que funcionavam em dois turnos passaram a oferecer três, mais curtos. Um deles em horário impróprio para crianças. (R.F.)

AS PERGUNTAS FEITAS AOS CANDIDATOS

1 Promulgada em 1990, a Lei Orgânica do Município de São Paulo aumentou de 25% para 30% das receitas com impostos o investimento obrigatório em educação pela Prefeitura, mas o índice não vem sendo cumprido. Na conta que a Prefeitura apresenta, de 28,2% de investimento, não são apontados os repasses da QESE e do FNDE, nem de recursos captados através dos programas Pró-Alfa e Adote um Escola ou dos Cemes. Assim como a base de cálculo parece ter sido reduzida, as despesas incluem gastos que não poderiam ser computados: saúde e saneamento, assistência e previdência (inativos) e administração, que pela LDB deveriam ser cobertos por outras fontes. Se fossem empregados de fato 30% seria possível reconstruir uma política de educação bem melhor. Os recursos deveriam ser canalizados para todos os níveis de ensino, incluindo educação infantil e de adultos, hoje abandonados. *O candidato pretende efetivamente aplicar em educação os 30% previstos na LOM?*

2 O Fundef e a Municipalização do Ensino transferem para os municípios a responsabilidade pelo ensino fundamental, incluindo manutenção das escolas e formação dos professores e repassando recursos por aluno matriculado. Até o ano passado, 500 prefeituras paulistas já tinham assinado convênios com o governo estadual, incorporando suas escolas, para ter direito ao dinheiro do Fundef, mesmo que as despesas assumidas sejam maiores que as entradas. Nas cidades com menos de 20 mil habitantes e sem arrecadação suficiente para arcar com a educação, o Fundef pode ser uma ajuda. Nas maiores, é um equívoco. O Fundef repassa apenas R\$ 680,00, enquanto o custo de um aluno em São Paulo é de R\$ 1.200,00. Portanto, a municipalização é danosa para São Paulo. *O candidato concorda com a municipalização do ensino ou pretende rejeitá-la?*

3 A integração de todo o ensino fundamental em uma mesma escola é indispensável. A separa-

ção das crianças de primeira a quarta e as de quinta a oitava imposta pelo governo estadual no processo de municipalização é um equívoco histórico. *O candidato pretende enfrentar o problema? Ou discorda dessa avaliação?*

4 Oferecer educação de adultos é uma dívida que São Paulo tem com os moradores que não tiveram acesso ao ensino público e com as pessoas que vieram de fora para viver e trabalhar na cidade e que sequer têm o ensino fundamental completo. *Qual é o projeto de alfabetização de adultos do candidato?*

5 Hoje os salários dos professores da rede municipal são os menores da última década. Cerca de 40% dos recursos do Fundef, de acordo com a lei que o criou, deveriam ser aplicados na valorização do magistério, o que na prática teria que carrear mais recursos para atualização salarial, além de investimentos em formação dos professores. *O candidato pretende valorizar o salário dos professores?*

6 A oferta de vagas nas escolas é inferior à demanda. A cidade de São Paulo ainda atende crianças em *containers* e salas emergenciais e não é verdade que exista uma universalização do ensino. A solução depende da ampliação da rede física do ensino público, inclusive com o aproveitamento de áreas e prédios hoje ociosos. *Qual é a meta do candidato para ampliação de vagas de qualidade no ensino público municipal, incluída a construção de creches e escolas para ensino infantil?*



Daniel Garcia



Tizuko Kishimoto

isso não há estímulos nem apoio”, garante o professor.

Contrário à política de formação por cursinhos e palestras, Oroswaldo defende que a participação da Universidade em um esforço pela melhoria do ensino tenha como base a sua inserção no cotidiano da sala de aula. “As experiências que tivemos durante a gestão Paulo Freire, quando educadores da rede municipal participavam de oficinas na Universidade, onde se discutia e avaliava continuamente as atividades na escola, criaram vínculos até hoje. Aqueles professores continuam vindo à USP para trabalhar e discutir sua prática, em

Daniel Garcia



Lizete Arelaro

formação constante”, conta.

Ninguém sabe quantas crianças de zero a seis anos estão fora das creches e escolas infantis. Nem o MEC, nem o IBGE se ocuparam do assunto. Das 675 creches em São Paulo, apenas cerca de 200 são da Prefeitura. As outras são conveniadas e não há dados sobre elas. Hoje vinculado à área de assistência social do município, o atendimento das crianças de zero a três anos deve passar ao controle da Secretaria Municipal da Educação, cumprindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Os educadores concordam com a mudança, e cobram sua implantação. “Não entendemos essa separação entre creche e escola”, diz Lizete. Mas a forma como a transferência ocorrerá preocupa Tizuko Kishimoto. “Não pode ser por decreto!”, avisa, considerando que a

Daniel Garcia



Oroswaldo de Moura

rede de ensino não vem sendo preparada para absorver o segmento. “O atendimento exige ambiente, equipamentos e pessoal preparado. A Prefeitura deve planejar, equipar-se e promover essa transferência gradualmente”, aponta.

Por uma distorção da lei, os funcionários das creches mal têm o curso fundamental. Na área de educação, de acordo com a LDB, precisarão de mais formação. “O município precisa absorver e formar essas pessoas. Deve garantir vagas nas escolas de ensino médio e encaminhar os que precisam de ensino superior”.

As Emeis da Capital, por sua vez, não chegam a 400 e funcionam como um cinema com sessões corridas. A cada quatro horas, sai uma turma, entra outra. A última deixa a escola às 19 horas. São crianças de quatro a seis anos, que

Transferência das creches à Educação é necessária e deve ser planejada e posta em prática gradualmente pela Prefeitura. Para as Emeis, falta uma política

EDUCAÇÃO DE ADULTOS, UMA DÍVIDA

Oferecer educação de adultos é uma dívida que São Paulo tem com as pessoas que vieram de fora para viver e trabalhar na cidade e que sequer têm o ensino fundamental completo, na opinião de Rubens Camargo. “Ao fechar as salas e escolas de supletivo, o governo Maluf assumiu a idéia de que esse pessoal não tem direito à educação e foi na mesma direção do governo Covas, de achar que bastam algumas tele-salas”, lamenta ele, propondo aplicação de recursos nesse setor.

A experiência do MOVA, adotado durante a gestão de Paulo Freire na Secretaria Municipal da Educação, poderia inspirar novas políticas para garantir a alfabetização de adultos, garante Lisete Arelaro. “O MOVA foi extinto sob alegação de que os professores não eram formados, tinham só ensino médio, eram lideranças comunitárias. Mas as pessoas que precisavam de alfabetização não foram atendidas nos últimos anos. A rede estadual não tem supletivo. Fica tudo para o município, que também se desobrigou”.

durante esse tempo ficam confinadas às carteiras de uma sala de aula, de frente para um quadro negro, nos moldes do ensino fundamental. “Isso tem de acabar”, protesta Tizuko.

Ampliação da rede e redução do número de turnos são algumas das providências que ela cobra, a começar por uma arquitetura escolar adequada das unidades, “que nunca tivemos”, para atender a essa faixa etária. “É preciso abrir as portas da sala de aula e promover a educação em ambientes adequados, em espaços externos à própria escola, nos parques, nas praças, em contato com a natureza. Em todo o mundo já se sabe que é importantíssimo levar a criança nessa faixa etária, pelo maior tempo possível, para aprender fora da sala de aula”, recomenda.

O discurso de que a oferta de vagas nas escolas corresponde à demanda é falso, na opinião dos vários educadores. “A construção de equipamentos, como creches e escolas, desapareceu do discurso do poder público”, diz Lisete. “O que se construiu nos últimos oito anos foi insignificante”.

A má distribuição de equipamentos públicos reflete a falta de um Plano Diretor na cidade. “Só temos planos de conveniência”, diz a educadora, apontando que muitas áreas foram adensadas sem as escolas e creches necessárias. “Só existem no papel, em terrenos onde não há condições de construir”. Um grande levantamento para identificar as demandas não atendidas é o começo, propõe ela.

Para Rubens Camargo, terrenos e prédios ociosos deveriam ser

usados com finalidades escolares. Os particulares, mantidos apenas por interesses especulativos, podem ser taxados com alíquotas maiores ou desapropriados, pelo direito de uso social da propriedade. Na cidade, 15% dos prédios pertencentes ao Estado e à Prefeitura estão vazios.

Escolas com vagas ociosas em algumas áreas de menor uso residencial podem ser melhor ocupadas. “Basta que a Prefeitura coloque ônibus das empresas de transporte contratadas pelo município para, gratuitamente, levar os alunos até a escola disponível”, sugere. Ao mesmo tempo, o município deveria melhorar as condições de segurança nas áreas onde a violência afasta as crianças da escola. “Em alguns lugares, uma boa iluminação já ajudaria bastante”. RA

A construção de equipamentos desapareceu do discurso do poder público. É preciso mapear as demandas não atendidas e dar uso a prédios ociosos, inclusive particulares